

## O SUJEITO ECOLÓGICO EM QUESTÃO: ENTRE A FORMAÇÃO E A PRÁTICA.

DIAS, E. D. - [zandradas@hotmail.com](mailto:zandradas@hotmail.com)  
COSENZA, A. - [ar\\_cosenza@hotmail.com](mailto:ar_cosenza@hotmail.com)

**Resumo:** A presente pesquisa, fruto de uma especialização em Educação Ambiental na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF – teve como objeto de estudo uma pequena comunidade situada entre duas cidades da Zona da Mata mineira, em busca de respostas quanto a formação do sujeito ecológico que ali reside e sobre sua prática frente aos problemas e conflitos sócio-ambientais vivenciados no bairro em questão: o Joazal. Tendo como base, a Teoria das Configurações estabelecida por Elias&Scotson essa pesquisa, se propõe qualitativa em sua metodologia de análise, utilizando-se também, do conceitual teórico estabelecido pela Educação Ambiental para tentar compreender como, o indivíduo constitui-se em sujeito ecológico.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental – Teoria das Configurações – Sujeito Ecológico

**Abstract:** The present research, the result of a specialization in Environmental Education at the Federal University of Juiz de Fora - UFJF - had as its object of study a small community located between two cities in the Zona da Mata of Minas Gerais, in search of answers regarding the subject formation ecological resident there and on its practice regarding the problems and socio-environmental conflicts experienced in the area in question. Based on the Theory of the configurations established by Elias & Scotson this research, proposes qualitative in its methodology for analysis, using also the conceptual theoretical framework for Environmental Education to try to understand how the individual is in ecological subject.

**Keywords:** Environmental Education – Theory of Configurations – Ecological Subject

## Introdução – O que se desejou fazer, motivos e método.

“A análise ou separação dos elementos é meramente uma etapa temporária numa operação de pesquisa, que requer a complementação por outra, pela integração ou sinopse dos elementos, do mesmo modo que esta requer a suplementação pela primeira; aqui, o movimento dialético entre análise e síntese não tem começo nem fim.”

(Elias & Scotson, 2000:58)

O tema motivador deste artigo é fruto de uma convivência pessoal pautada nas percepções acerca de um pequeno universo sócio-cultural territorialmente definido, portador de características inerentes tanto ao meio rural quanto ao meio urbano porém, se constituindo em uma ruralidade diferente daquela tradicional, que nos remete à uma concepção tradicional do campo, onde o interior é, muitas vezes, visto como idílico ou distante.

O bairro do Joazal é uma pequena aglomeração de casas residenciais, localizada às margens do Rio Paraibuna e paralela à Estrada União-Indústria, na divisa entre os municípios de Matias Barbosa e Juiz de Fora. Lugar pequeno, de poucas *granjas* como o povo da região chama as propriedades rurais de fim de semana, o Joazal é o cenário desta investigação qualitativa, seus moradores, os personagens deste ensaio. Estrada pequena, com aproximadamente quatro quilômetros de extensão, abriga vinte e sete glebas de terra e conta com pouca infraestrutura. As edificações, quase todas casas de fim de semana com telhado colonial, evidenciam o bom investimento feito por seus donos. Embora muitos terrenos sejam bem arborizados, ao longo da estrada, poucas árvores oferecem sombra. Muitas glebas de terra ainda se encontram vazias ao longo da Estrada do Joazal, sem serem capinadas ou até mesmo cercadas. Poucas árvores em sua estreita estrada principal, de chão batido. A poeira e o capim tomando conta de um caminho que oferece aos visitantes bicas d'água ao longo do percurso ao mesmo tempo em que torna árida sua caminhada.

Minha percepção sobre esse espaço, esse “universo”, foi estruturando-se de forma, digamos... mais racional, ou melhor... de modo mais inteligível e consolidado, conforme avançava no curso de Especialização em Educação Ambiental, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, enquanto me deparava com a clara constatação entre a teoria – colocada pela Sociologia Comportamental (Elias&Scotson,1994; Foucault,1975), pela Pedagogia Ambiental (Leff, 2001), e também, pela Filosofia da Percepção (Morin,2001) – e a *práxis*, dada pela minha vivência enquanto geógrafa, professora, residente e presidente da Associação de Moradores do bairro local do presente estudo.

Os interesses, conflitos e atitudes dos moradores e das autoridades políticas locais em relação ao bairro principalmente, no que diz respeito a seu meio ambiente e recursos naturais me despertaram a atenção e, me instigaram a refletir de modo mais sistemático sobre o que ocorria ali, buscando compreender a complexidade socioambiental presente no local pois, segundo Tuan:

“Uma grande quantidade de dados provenientes da experiência está destinada ao esquecimento porque não podemos encaixar as informações nos conceitos das ciências físicas que aceitamos sem criticar. Nossa compreensão da realidade humana sofre por causa disso. Curiosamente, esta cegueira para com a profundidade da experiência aflige tanto o homem da rua como o cientista social.” (Yi-Fu Tuan, 1983:222)

Assim, a partir de minha percepção pessoal, tentei estabelecer algumas constantes estruturais que me auxiliaram a compreender a abordagem figuracional que aí se estabelecia e a construir um método de análise coerente com tudo que apreendi sobre meio ambiente e educação. Kaercher (2004) em sua tese de doutorado reflete sobre a importância de nossas idéias:

“Este é o sentido de nossos escritos: ao expormos nossas idéias vamos construindo o método. As ideias são pessoais, mas, ao estarem sistematizadas e disponíveis para a discussão entre a comunidade, elas ultrapassam o campo do “subjetivo/individual”. Publicizadas elas podem, justamente, devido ao debate coletivo, tornarem-se “objetivamente” passíveis de crítica, contestação e aprimoramento.” (Kaercher, 2004:34)

Tendo isso em mente, parti de observações mais livres para, então, reconhecer as dimensões e categorias de interesse relevantes à pesquisa, destacadas nesse artigo. O caráter qualitativo de uma pesquisa exige uma busca pela estrutura. Não aquela derivada diretamente da escola estruturalista de Althusser pela qual, uma visão totalizadora embasa os fenômenos sociais, mas sim, uma fundamentada no método como algo capaz de encontrar o sentido complexo do todo social em uma parte menor, torná-lo representativo e inteligível tendo, para isso, uma metodologia estruturada, pensada e analisada repetidas vezes.

Ao longo desse artigo tentarei, segundo Alves (1991):“... *uma imersão no contexto, de caráter exploratório*” (1991:56). Uma imersão em um contexto vivenciado nos últimos anos e que, nas próximas linhas, ganha forma e maior compreensão à luz da Educação Ambiental.

## **A Educação Ambiental e o sujeito ecológico frente à Cultura de Massas, o Senso Comum e o Individualismo.**

As relações estabelecidas entre o sujeito e a sociedade e as diferenças entre o individual e o coletivo têm, não apenas, merecido atenção por parte das Ciências Sociais e suas correntes, como também, nas últimas décadas, têm-se colocado de modo mais consciente e decisivo a um número maior de pessoas comuns. O homem moderno, cada vez mais, se vê em situações na qual é obrigado a optar, a agir ou a contestar, não apenas de modo individual, mas, sobretudo, como parte de uma coletividade. Muitos teóricos como Thomas Hobbes, John Locke e Émile Durkheim analisaram a relação indivíduo-sociedade dentro de uma perspectiva liberal clássica e funcionalista. Já outros, buscaram na teoria social marxista explicações e bases filosóficas, como: Antonio Gramsci e Hannah Arendt. Na contemporaneidade nomes como: Anthony

Giddens, Scott Lash, Zygmund Bauman e Ulrich Beck, refletem sobre a relação dialética travada entre o indivíduo e a chamada sociedade de risco<sup>1</sup>.

A complexidade da atual relação homem-natureza modifica-se continuamente. A relação dialética – entendida aqui enquanto uma correspondência mútua e permanente entre a sociedade e seu meio ambiente – nem sempre é percebida em sua totalidade. O homem é moldado por seu espaço, por sua sociedade, por sua época histórica, pelos meios materiais e imateriais que dispõe para viver, ao mesmo tempo em que molda, cria e modifica tudo o que interage com ele. Enquanto um, o homem guia-se nessa relação partindo de uma premissa individualista, enquanto parte da coletividade é forçado a guiar-se pela vontade comum ou pelo contrato social em questão.

O modo como produzimos nossas bases materiais além de determinar nosso modo de ser, também exerce pressão sobre os recursos naturais dos quais dispomos. Por exemplo, as questões ambientais colocam-se de modo mais contundente hoje, em uma sociedade técnico-científica, do que na sociedade pré-industrial do século XVII. Na sociedade capitalista moderna, a crise civilizacional traveste-se, na maioria das vezes, de crise ambiental, como que para confundir os humanos destes novos tempos de globalização econômica e cultural que se assumem - grande parte das vezes - apenas como indivíduos, principalmente quando a temática que os desafia ou, a necessária tomada de decisão, envolve questões ambientais.

Muito se tem falado sobre crise ambiental nesses atuais tempos de crise econômico-financeira. O meio ambiente enquanto produto serve de tema a uma infinidade de estratégias. Fundamenta toda uma série de propósitos e atitudes baseados em uma sustentabilidade conservadora que auxilia na reprodução de valores e práticas mercadológicas.

A capacidade demonstrada pelas forças do mercado de apropriarem-se da retórica ambientalista nos tem levado a pensar que o *conservadorismo dinâmico* de nossas ações e atitudes é suficiente para transformarmos nossa realidade sócio-ambiental. Esse conservadorismo é segundo Lima: “*reformista, superficial e reducionista*” (Lima, 2005:125), na medida em que promove, na relação sociedade-natureza, mudanças parciais apenas, conservando seu caráter capitalista e especulatório.

As práticas e atitudes implementadas pelo conservadorismo dinâmico apenas antecipam mudanças de comportamento mas, na realidade, não mudam o modo como continuamos a nos apropriar da natureza. Lamentavelmente, esta retórica conservacionista foi capaz de instalar-se também, na Educação Ambiental, principalmente, no âmbito escolar, por meio de práticas pedagógicas que não conduzem o aluno a reconhecer e a questionar seu papel diante dos desafios ambientais atuais. Mas

---

<sup>1</sup> Segundo Ulrich Beck sociedade industrial caracteriza-se pela produção e distribuição de bens, nela as diferenças sociais, econômicas e geográficas típica primeira modernidade. Entre esses riscos, Beck inclui os riscos ecológicos, químicos, nucleares e genéticos, produzidos industrialmente, externalizados economicamente, individualizados juridicamente, legitimados cientificamente e minimizados politicamente. Mais recentemente, incorporou também os riscos econômicos, como as quedas nos mercados financeiros internacionais. Este conjunto de riscos geraria “uma nova forma de capitalismo, uma nova forma de economia, uma nova forma de ordem global, uma nova forma de sociedade e uma nova forma de vida pessoal” (Beck, 1999: 2-7).

como isso ocorreu? Como o discurso conservador se apropriou do ideário ambientalista não apenas em nossas escolas, mas em nossa sociedade como um todo? Quais forças sociais ou aparatos ideológicos encontram-se por trás do conservadorismo de nossas práticas não somente de nossas práticas pedagógicas, mas também pessoais?

Papel decisivo tiveram os *mass media*, ou seja, a mídia de massa formada pelas grandes cadeias de comunicação tanto escrita quanto televisiva na incorporação - por parte da sociedade civil - do discurso ambiental, popularizando a problemática ambiental, principalmente, no que Habermas denominou de *esfera pública*, ou seja, a arena de discussão e de debate público nas sociedades modernas, onde é possível colocar temas de interesse comum e formar opiniões. Segundo Lima (2005):

“O processo de expansão e apropriação do discurso ambientalista ocorreu em inequívoco paralelismo com a consolidação do neoliberalismo em nível mundial, marcado pelo deslocamento do poder do Estado e da Sociedade Civil para a órbita do mercado.” (LIMA, 2005:122)

A mídia encontra-se presente, atualmente, em praticamente todas as sociedades modernas, seu alcance é imenso e sua influência é sentida em diversas camadas sociais. Ramonet salienta, com muita propriedade, o papel da mídia na promoção de uma:

“... estéril uniformidade que caracteriza a modernidade e que conduz a um estilo de vida semelhante que se impõe de um extremo ao outro do planeta, divulgado pela mídia e prescrito pela intoxicação da cultura de massa: mesmos filmes, mesmas séries de televisão, mesmas informações, mesmas canções, slogans publicitários, roupas, carros, arquitetura e apartamentos decorados de maneira idêntica. Na história da humanidade, nunca práticas características de uma cultura tinham chegado a se impor, de uma forma tão rápida, como modelos universais, que são também políticos e econômicos.” (Ramonet, 1998:47 Apud Brugger, 2005:143)

A *hiper-realidade*<sup>2</sup> descrita por Baudrillard como a nova realidade - criada e homogeneizada pela TV - encurtou o espaço-tempo por meio da velocidade da informação. Em uma macro escala, os acontecimentos ou desastres ambientais ocorridos em diversas partes do globo são instantaneamente televisionados e alardeados pela imprensa em geral, nos dando, em uma micro-escala, a falsa sensação de que participamos ou influenciemos no que acontece. A complexidade e o tamanho de nosso desafio perante às questões não apenas ambientais mas, sociais como um todo, têm sido paulatinamente pasteurizados pelos chamados meios de comunicação de massa. Assim, diluída, essa complexidade da realidade sócio-ambiental seria menos chocante e mais facilmente absorvida pelo tecido social.

No plano concreto da realidade diária a educação ambiental (E.A) tornou-se vítima dessa disseminação aleatória de notícias e informações sobre o meio ambiente. Isso me faz lembrar quantas vezes ouvi, após dizer às pessoas que pretendia tornar-me uma educadora ambiental, comentários que exemplificam bem essa apropriação

---

<sup>2</sup> Segundo Antony Giddens : “ Baudrillard afirma que, em consequência da difusão da comunicação eletrônica, não existe mais uma realidade separada à qual os programas de TV e os demais produtos culturais se refiram.”(2005:568.) Existiria apenas a hiper-realidade misto de técnica, propaganda e televisão.

ideologicamente *rasa* do meio ambiente. “Ahhh... sei! Semana passada meu filho trouxe da escola um porta-lápis feito de papel reciclado” ou... “Aqui em casa, sempre separamos as latinhas de alumínio para a empregada.”

Embora não tenha sido meu objetivo principal discorrer sobre a influência da cultura de massa na EA não posso deixar de considerá-la uma forte externalidade, pois, como salienta Paula Brugger: “A tentativa de repensar a relação homem-natureza deve, pois, partir de uma profunda reflexão, que leve em conta esses poderosos vetores.” (2005:145)

Em relação a EA temos constatado um embotamento dos sentidos e das percepções das pessoas, como adverte Layrargues: “Ou a Educação Ambiental se integra à leitura complexa do mundo, ou estará fadada a servir ao capitalismo como um instrumento ideológico de reprodução.” (Layrargues (2002) Apud Loureiro, 2004:17).

A EA expressão cunhada pela primeira vez em uma conferência sobre Educação na cidade de Keele na Grã-Bretanha foi pensada desde seus marcos históricos como uma forma de educação voltada para a construção de novos valores. Na conferência de Estocolmo em 1972, produziram-se três documentos significativos. Um deles especialmente importante, por lançar as bases para um Plano de Ação Mundial que originaria, mais tarde, o Programa Internacional sobre Educação Ambiental (PIEA).

Depois de Estocolmo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO – e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA – promovem o Encontro de Belgrado, na tentativa de lançar o PIEA conjuntamente com uma concepção de EA contínua, interdisciplinar e holística, onde:

“A finalidade da educação ambiental é formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e problemas com ele relacionados, e que possua os conhecimentos, as capacidades, as atitudes, a motivação e o compromisso para colaborar individual e coletivamente na resolução de problemas atuais e na prevenção de problemas futuros” (UNESCO, 1976, p.2).

Enquanto diretrizes para auxiliar na elaboração de políticas públicas, esses marcos internacionais ajudaram a estabelecer e a reforçar o ideário de uma EA comprometida com o meio ambiente em sua totalidade. Uma EA capaz de estabelecer um processo contínuo e interdisciplinar de formação, que leve o sujeito à descoberta tanto dos sintomas quanto das causas dos problemas ambientais atuais, sem perder de vista a perspectiva histórica. (Cf. RODRIGUES, 2008:24)

No contexto latino-americano e, mais especificamente, no brasileiro, a EA incorporou diversas correntes – naturalista, resolutiva, sistêmica, científica, holística... – mas mantém, até hoje, fortes marcas da corrente conservacionista. Tal corrente, prima pela conservação dos recursos naturais, partindo de uma visão reducionista e fragmentária da problemática ambiental, onde a natureza é vista apenas como um recurso que deve ser melhor administrado em prol da cadeia produtiva atual além, de trazer em seu cerne, uma abordagem despolitizada da EA. É por meio desse vínculo histórico estabelecido entre a EA e o conservacionismo que hoje nossa consciência ambiental é permeada de atitudes que, no fundo, não contribuem decididamente para

uma reflexão acerca da complexidade da problemática ambiental na qual estamos mergulhados.

Na atual sociedade, a ideologia individualista ganha força - apoiada pelo consumismo e pela competitividade - levando grande parte das pessoas a uma redução de sua visão de mundo e ao enfraquecimento de sua identidade social, como também, a uma supressão do cidadão pelo indivíduo. Recordo-me então, das palavras de Milton Santos sobre o cidadão que age como indivíduo, mas que, na prática, contenta-se em ser tratado como mero consumidor. Seu alerta sobre os perigos do consumo excessivo serve de base para nos fazer refletir sobre o papel do sujeito em sua sociedade:

“Quando se confundem cidadão e consumidor, a educação, a moradia, a saúde, o lazer aparecem como conquistas pessoais e não como direitos sociais. Até mesmo a política passa a ser uma função do consumo. Essa segunda natureza vai tomando lugar sempre maior em cada indivíduo, o lugar do cidadão vai ficando menor, e até mesmo a vontade de se tornar cidadão por inteiro se reduz.”  
(Santos.1987:69)

Em meio a ideologia do consumo, o sujeito transforma-se em indivíduo, gerindo seus dilemas e vontades, na maioria das vezes, com estruturas lógicas de pensamento oriundas basicamente do senso comum. Assim, as atitudes pessoais tornam-se respostas únicas e, muita das vezes, ineficientes, pois não abarcam a complexidade dos desafios com os quais o sujeito lida diariamente na construção contínua de suas relações sociais. No âmbito do estudo que dá corpo ao presente trabalho, constatei muitas vezes, nas conversas e no convívio com os sujeitos qualificantes, a ausência de uma visão mais abrangente da vida e do bairro onde vivem, o Joazal e uma certa incompatibilidade entre seus discursos e suas práticas pois, quantas vezes, nas conversas e no convívio com os sujeitos qualificantes dessa pesquisa constatei a ausência de uma visão mais abrangente da realidade e a incompatibilidade entre seu discurso e sua prática?

A EA têm uma importante contribuição a dar na construção de um novo sujeito, que não seja, nem consumidor, nem indivíduo, mas sim, um sujeito dotado de criticidade não apenas em relação aos desafios ambientais com os quais se depara mas, também, em relação a suas atitudes e ao mundo que o cerca. Um sujeito ecologicamente constituído, ou melhor dizendo, um sujeito ecológico.

O sujeito ecológico é um porta-voz, uma espécie de ícone, que carrega os valores morais necessários à sustentação da utopia ecológica, mas que, também, pode materializar-se por meio das atitudes concretas daqueles que crêem na possibilidade de construção de uma sociedade ecologicamente sustentável. Segundo Carvalho, o sujeito ecológico poderia ser entendido como um: *“modo ideal de ser e viver orientado pelos princípios do ideário ecológico.”* (Carvalho, 2004:65).

Carvalho nos leva a refletir sobre a importância dos ideais encarnados pelo sujeito ecológico em tempos que, segundo ela: *“Há menos ousadia e mais resignação como sentimento geral na sociedade. Temos mais medo do futuro”* (Carvalho, 2004:68). Outros analistas sociais concordam com ela. Richard Sennett escreveu em uma análise

sociológica que fez a respeito do caráter na sociedade moderna: “*O risco vai tornar-se uma necessidade diária enfrentada pelas massas*” (Sennett, 1998:94).

Em meio às incertezas futuras o sujeito ecológico emerge - em um presente assolado por teorias ambientais catastróficas e por um senso comum acrítico - ele encarna a possibilidade de mudança em relação ao modo como usufruímos dos recursos naturais. Mudança necessária, porém, difícilíssima.

### **Os sujeitos, os Problemas e os Conflitos Ambientais em um território**

Os sujeitos qualificantes desta pesquisa são também sujeitos ecológicos, pessoas que têm longa história no local. Em comum, possuem uma visão da natureza baseada nos ideais reducionistas que vigoraram com maior intensidade nas décadas de 60 e 70 - mas que se encontram presentes até hoje - na qual, a natureza é fonte infindável de recursos, obstáculo a ser vencido. Isso não significa afirmar que esses mesmos sujeitos não tenham tomado conhecimento das novas correntes de pensamento que apontam para a necessidade de um “novo olhar” sobre a atual relação homem-natureza.

Dos seis entrevistados, quatro são homens e o restante, mulheres. Em comum, o engajamento, em maior ou menor grau, na luta dos moradores por melhores condições ambientais e a crença de que é possível o diálogo e a coexistência na diferença. São pessoas entre os 33 e 68 anos que residem ou passam boa parte do tempo no local, alguns com curso superior, outros não que, em algum momento de sua vivência, preocuparam-se com o bairro, envolvendo-se no esforço por melhoramentos em sua infraestrutura, buscando desse modo uma melhor qualidade de vida. Pois o Joazal, sempre foi um lugar onde a municipalidade nunca normatizou em favor do território e do bem comum. Prova disso, é o fato do local nunca ter tido uma infraestrutura básica.

Não formulamos especificamente uma série de questionamentos, nem ensaiamos um jogral de perguntas e respostas com nossos entrevistados, mas participamos de um diálogo, de uma troca de idéias, baseada em uma firme triangulação que teve como vértices: 1) a Educação Ambiental - que construída e experienciada diferentemente por cada um traz em seu cerne a consciência e a atitude ambiental - 2) os conflitos ambientais vivenciados no bairro - que envolvem a água, sua qualidade e principalmente a distribuição, como já mencionado - 3) e por último, o Joazal - enquanto espaço de identidades territoriais e disputas ambientais.

As entrevistas giraram ao redor de temas que guardam uma estreita relação com a formação adquirida e com o tempo passado. Não apenas com a educação formal, aquela das aulas de ciências e bancos escolares - próprias da época de cada um - como também, com a formação dada pela vivência e interação em espaços não formais de educação. As questões também guardam relação - como não poderia deixar de ser - com o tempo presente, suas dificuldades e problemas sócio-ambientais, tais como a água e seu sistema de abastecimento, o meio ambiente local, o lixo, a estrada e o rio. Temas tão presentes cotidianamente quanto a relação com outros vizinhos e a própria pegada ecológica de cada um. Temas que evocam os conceitos de conflito e de problema ambiental.



Para a Ecologia Política, aquela que trata do meio ambiente a partir de uma visão que considera também, as externalidades e processos que agem na relação dos seres animais e vegetais com o meio ambiente no qual vivem e se desenvolvem, o conflito deve ser considerado ambiental quando:

“... são aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio em que se desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis - transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos - decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (Acsehrad 2004:27)

Já os problemas ambientais são de outra natureza. Ainda segundo Acsehrad, o problema ambiental caracteriza-se por não despertar uma reação por parte dos atores envolvidos. Alguns sujeitos dessa pesquisa, quando indagados sobre a existência de algum conflito ambiental no bairro respondiam negativamente para, logo em seguida, colocarem a questão da água:

“Se têm conflito ambiental aqui no bairro? Não, acho que não! Aqui é tudo muito natural sabe? Só o rio, mas ele já vem poluído lá da cidade, então...Tem conflito é entre os vizinhos por causa da rede ( a rede de distribuição de água), vez por outra a água para de cair aí você já viu né? Fica um falando do outro, já tem gente que não está mais se falando, fica um clima ruim.”(declaração de uma residente)

Uma similaridade de respostas se repetiu em diversas falas dos sujeitos qualificantes. Tais declarações, relativas a um questionamento sobre o abastecimento de água sempre deixavam transparecer o quanto aquelas pessoas não assumiam sua participação ou atitude em relação ao conflito. Uma ciranda de acusações recíprocas fazia parte das justificativas quando as pessoas eram perguntadas do porque da falta d'água dos demais vizinhos. Tal mecanismo de defesa sempre funcionava. Menções ao tempo de vida da tubulação, aos aclives e declives do terreno... sempre eram utilizadas. Uma das entrevistadas chegou a dizer que nada poderia fazer pelos vizinhos, como que para justificar-se do fato de que, em sua granja, uma bica d'água de meia polegada jorra ininterruptamente. As palavras de Clara, uma proprietária, deixam claro sua auto-justificativa:

“Aqui, na natureza, assim... sabe? Na roça! É normal a água escorrer. É assim mesmo. Eu deixo aberto sabe? Nasce lá em cima e da caixa d'água passa pelo galinheiro e depois escorre para o rio. O Constantino ( o empregado) já sabe que aqui pode deixar a água a vontade.” (Maria Clara, proprietária)

A água e seu sistema de distribuição foram à primeira fonte de conflitos que identifiquei nas conversas com os sujeitos qualificantes. A precariedade na coleta e a deficiência na distribuição são motivo de constantes embates e disputas. A água potável e canalizada oferecida pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA – à grande parte da região, ainda não chegou ao Joazal.

Diversas fontes d'água – oriundas da parte superior e localizadas na Fazenda do Joazal parte integrante do bairro – abastecem as granjas. Todas essas fontes possuem sistemas deficitários de distribuição e nenhum tratamento. Na época da seca, durante as

estações de outono e inverno, suas vazões diminuem drasticamente e, na temporada das chuvas – primavera e verão – o excesso de barro e folhas entope a já antiga tubulação, impedindo o fluir da água, principalmente, para as granjas mais distantes da fonte. Plantações de eucalipto e gado de corte cercam as fontes da Fazenda que correm a céu aberto sem proteção ou vegetação de proteção até, desembocarem dentro das caixas, acirrando assim, entre os moradores a disputa pela recurso. O enredo de conflitos e problemas ambientais entre vizinhos no Joazal é extenso e demonstra que somente a análise da estrutura sócio-ambiental do bairro pode contribuir para que a Educação Ambiental seja bem sucedida neste contexto, levando os sujeitos aí envolvidos à superarem seus conflitos e problemas

Chamou a atenção como as pessoas, em um universo territorial tão restrito, lidam com os problemas comunitários - principalmente com os ambientais - de modo tão individualista, pois, muitas decisões particulares são tomadas principalmente, em relação à água. É comum que nessa questão os proprietários peçam ajuda a seus funcionários ou a pessoas que residem cotidianamente no Joazal, para muitas vezes, entupirem o encanamento ou, monopolizar a água.

Utilizamos também, algumas fotografias, como estímulo em determinado ponto da conversa, fotos que evidenciam a degradação ambiental presenciada no bairro sem, contudo, deixar claro que se tratava do local. Esse dado só era posteriormente revelado. As respostas se enquadravam, quase sempre, no conhecido “lugar comum”, com a indignação e o reducionismo apresentando-se nesses momentos por meio de respostas sinceras emitidas com uma naturalidade espantosa, como a do homem que, após observar uma foto onde inúmeras sacolas de lixo encontravam-se jogadas à beira do rio, exclamou:

“Ahhh! Isso aí é normal sabe?! Depois o rio sobe, leva tudo e depois dá conta de regenerar tudo isso ai que tá mostrado na foto. Eu mesmo joga lixo aí nesse local há anos. A natureza suporta muito mais do que a gente imagina.”

Em contrapartida, outras pessoas surpreenderam pelas respostas dadas, pela consciência ambiental demonstrada e pela ação enquanto sujeitos ecológicos. Um dos entrevistados, homem muito acostumado às lides da terra, contou que, certo dia, seu patrão determinara o corte de pouco mais de uma dúzia de antigas jabuticabeiras, localizadas ao longo da cerca de sua propriedade. A granja já havia tido a cerca arrebatada em diversos pontos, graças ação dos *interessados* nos frutos das árvores. Ele contou que o patrão, já muito aborrecido com aquela situação, determinara o corte das frutíferas por acreditar que aquela fosse a única maneira de resolver o problema com economia e agilidade.

“Levei um bom tempo pra *convence* o *homi* de que isso... de *bota* as *árvore* no chão era uma ignorância! Um absurdo! Em nome de *economizá* o que pra ele era uma mixaria, somente quando eu falei, que só depois de *vinte ano* que uma árvore dessa dava pela *primera vez* é que o danado *si* *convenceu*! Eu lembrei a ele que aquelas lá tinham com certeza mais de 120 anos. A gente sabe pela grossura dos troncos e pela firmeza dos *gaio* delas. Perguntei pra ele, se ele não se *alembrava* de já ter ficado horas embaixo delas saboreando as jabuticabas e que talvez um dia, os futuros filhos dele poderiam fazer isso também. Que uma extensão de muro, bem feito, bem apumado... até que ficava bonito ali,

ao longo daquele pedaço e sugeri que as duas últimas árvores, que ficava assim... mais distante fossem deixadas do lado de fora. Porque assim, o povo parava de invadi, de *arrebentá* cerca e de tirar o sossego dele. Ele concordou em *doá* aquelas duas e em *salvá* as outras. Eu me senti feliz com aquilo sabe? De sabe que não haveria de *se* eu a *bota* aquelas *lindezas* pro chão. ”

Nesse relato, temos a clara demonstração de que esta pessoa compreende-se enquanto parte da natureza, e não à parte dela, que preocupa-se, que é capaz de reconhecer o imediatismo e a ignorância ambiental dos demais e alertá-los sobre sua própria falta de visão e bom senso.

Em um artigo onde ressaltam a importância da autonomia intelectual para o exercício da cidadania, Baeta&Castro exemplarmente descrevem o que seria o pré-requisito necessário para uma leitura crítica e consciente do mundo em que se vive:

“Ao repetirem, de forma heterônoma, frases como “*não sou político*” ou ainda “*não me interessa pela política*”, os sujeitos demonstram, a princípio, não terem alcançado níveis de autonomia intelectual que permitam compreender as relações de interdependência entre as diferentes instâncias sociais e econômicas, as políticas públicas prevalentes e as consequências dessas inter-relações na qualidade de vida.”(Baeta e Castro, 2005:104)

Obviamente, não tencionamos aqui, analisar se os sujeitos ambientais desta pesquisa são capazes de compreender tamanha complexidade. O que tencionamos, como anteriormente proposto, é compreender os sujeitos presentes no Joazal, suas práticas sociais - que os orientam em sua vivência - procurando estabelecer quem é e o que faz esse sujeito diante de situações cotidianas que requerem sua atenção ou atitude, para, então, apontar qual o tipo de configuração socioambiental apresenta-se dentro desse universo territorialmente materializado. “*As comunidades e os bairros são um tipo específico de configuração*” já conclamavam Elias & Scotson (2000:184).

## **Reflexões Finais**

O que faz de uma pessoa um sujeito ecológico? O que faz de um lugar um lugar de pertença e identidade? Por que no Joazal a Educação Ambiental não encontra condições para ações e práticas que possam preservá-lo e melhorá-lo? Foi pensando em algumas dessas questões que iniciei o que considero uma busca por uma melhor compreensão da realidade socioambiental no qual estou inserida. Foi refletindo sobre o que significava ensinar e fazer Educação Ambiental que percebi os conflitos e os problemas ambientais do bairro onde vivo.

Esta narrativa não pretende aqui, nessas linhas finais, elencar conclusões. Talvez, alguns achados que podem nos dizer algo sobre o Joazal, seu sujeito ecológico e o papel da E.A nesse contexto.

O primeiro e mais marcante, diz respeito à configuração social encontrada no Joazal, um bairro onde, os proprietários - que deveriam ser os maiores interessados na melhoria da qualidade de vida no bairro - não moram, exceto nos feriados e fins de

semana. A outra face desse arranjo, situa aos moradores diários por assim dizer que, em sua grande maioria, não são proprietários, mas sim, empregados residentes.

O que essa estrutura de comunidade pode nos mostrar? Ela nos mostra o alcance e os limites das opções dadas aos indivíduos envolvidos em tal configuração social. No Joazal, os que poderiam tomar atitudes conjuntas em relação aos problemas e conflitos ambientais do bairro não o fazem e, aqueles que lá residem, não atuam.

Porque, grande parte das vezes, esses moradores se encontram presos à uma configuração de proprietários-empregados e utilizam-se dela, para não protagonizar papéis que envolvam uma tomada de decisão coletiva.

Henry Lefebvre, renomado filósofo marxista, em um histórico livro chamado: “O Direito à Cidade”, formula uma interessante teoria sobre as ordens que determinam as mudanças no espaço, principalmente no espaço público. Segundo esse sociólogo francês duas ordens podem aí, ser estabelecidas: a ordem próxima, oriunda da vontade e desejos individuais e, a ordem distante, aquela que advém de uma instância superior, geralmente o Estado de direito. A forma histórica como o Joazal foi sendo constituído não possibilitou nenhuma mediação entre essas duas ordens. Somente a ordem próxima, à revelia da ordem distante, determinou o modo de ocupação territorial no Joazal. Como resultado dessa ausência, temos uma estrada estreita, um sistema de abastecimento de águas deficitário e conflitos ambientais que não encontram soluções, pois ainda, são pensados de forma individual e pouco inclusiva. A Associação de Moradores encontra grande dificuldade em trabalhar tais temas junto aos moradores principalmente, a temática da água, conflito maior do local.

Marcados por um forte individualismo, os sujeitos do Joazal não conseguem compreender que não é a escassez do recurso hídrico, mas sim, a pouca racionalidade em sua coleta, distribuição e uso que faz com que a água torne-se um conflito ambiental.

Como já ressaltado, a concepção de Meio Ambiente trabalhada e buscada nessa pesquisa é uma concepção mais abrangente, que considera como meio ambiente não apenas a natureza e seus recursos, mais também, todo o meio físico e social que cerca o homem e que o inclui. No meio urbano, por exemplo, os problemas e os conflitos ambientais também estão presentes, porém, grande parte das pessoas atingidas não os considera ambientais apenas, urbanos.

No Joazal, uma configuração social singular entre proprietários e empregados, a racionalidade ambiental subvertida pelo individualismo, a ausência de relações de vizinhança e a pouca autonomia intelectual dos atores envolvidos alijam a constituição de sujeitos ecológicos. Características estruturais que se colocam como desafio a EA.

A falta de organização comunitária, de interesse por parte dos políticos locais e o número expressivo de proprietários que utilizavam suas residências somente nos fins de semana não contribuíam, positivamente, para a melhoria do bairro. Também o fato de existir duas classes economicamente distintas: os caseiros e suas famílias - que trabalham e vivem diariamente no local - e os granjeiros - proprietários e usuários de fim de semana - cria um empecilho a uma maior articulação entre vizinhos.

Em 2003 um grupo de moradores, em sua grande maioria proprietários organizou-se em mais uma tentativa de buscar soluções para os problemas ambientais que afligiam o bairro, como a falta de manutenção da estrada, a parca iluminação pública e o deficiente abastecimento da água.

As eleições municipais em 2004 deram, mais uma vez, a vitória ao candidato da situação e, durante mais quatro anos, o bairro não teve assistência quase alguma, o que enfraqueceu o incipiente movimento social e frustrou os sujeitos envolvidos.

Atualmente, uma nova rede de relações sociais vem sendo travada entre o poder público, a sociedade civil e os mecanismos legais politicamente desenvolvidos para tal, como as políticas públicas. Hoje, Matias Barbosa conta com um posto da Emater-MG<sup>3</sup>, um Núcleo de Atendimento ao Cidadão (NAC) - custeado pela Câmara Municipal - e novos atores políticos no poder executivo. A Associação de Moradores finalmente, após quarenta anos, conseguiu reconhecimento cartorial e político ao iniciar um movimento capaz de buscar seus próprios fundos, graças à chegada de novos vizinhos, pessoas que conseguem aliar perspectiva comunitária, participativa e política na busca pelo equilíbrio ambiental.

Apesar de todos esses obstáculos, novos ares parecem saudar o Joazal, apesar dos problemas continuarem a existir, os conflitos, em contrapartida, parecem ter criado a necessidade de novas atitudes, parecem ter aberto espaço à um novo sujeito, à um sujeito ecológico.

## Referências Bibliográficas

Acsegrad, H. (Org.)(2004). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 294 p.

Alves,A.J(1991). *O Planejamento de Pesquisas Qualitativas em Educação*. Cadernos de Pesquisa. São Paulo (nº77):53-61 maio

Bauman, Z.(2001) *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Beck,U.(1999) *World risk society*. Cambridge: Polity Press.

Carvalho, Isabel. C. M .(1991) *Territorialidades em luta: uma análise dos discursos ecológicos*. São Paulo: Instituto Florestal de São Paulo, Série registros, 1991.

\_\_\_\_\_ (2004) *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez.65-68

Brugger, P. (2005) Os novos meios de Comunicação: uma antítese da educação Ambiental? IN Loureiro, C. F. B. Layrargues, P.P & Castro, R.S (Orgs.). *Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez.

Elias, N & Scotson, J.L.(2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p,258.

---

<sup>3</sup> Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais.

\_\_\_\_\_. (1994). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar.

Foucault, M (1975). *Vigiar e Punir*. RJ:Vozes

Kaercher, N. A.(2004) *A Geografia escolar na prática docente: a utopia e os obstáculos epistemológicos da Geografia Crítica*. São Paulo: Banco de Teses da USP.

Leff, E.(2001) *Saber Ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2001.

Lefebvre, H. O Direito a Cidade.

Lima, G.F.C.(2005) Crise Ambiental, Educação e Cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. *IN* Loureiro, C. F. B. Layrargues, P.P & Castro, R.S (Orgs.). *Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez.

Loureiro, C. B.(2004) *Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental*. São Paulo: Cortez.

Morin, E (2001) *Olhar sobre o olhar que olha: Complexidade, Holística e Educação*. Petrópolis, Vozes.

Ramonet, I. *Geopolítica do caos*. Petrópolis: Vozes, 1998.

Rodrigues, A. C.(2008) *A Educação Ambiental e fazer interdisciplinar na escola*. Juiz de Fora: FABEP.24-25

Santos, M. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987. p. 142

Sennett, R. (1998) *A Corrosão do Caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.

Tuan, Y (1983). *Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência*. São Paulo: DIFEL.